

A Efetividade Das Políticas Públicas De Saúde Nos Municípios: Desafios Para A Gestão Local E O Acesso À Saúde

Fernando Antonio Madeira Marinho
Universidade Potiguar

Tiago Henrique Vargas Oliveira
Instituto Master De Ensino Presidente Antônio Carlos De Araguari- MG

Cláudio Maranhão Pereira
Pontifícia Universitária Católica -PUC-GOIAS

Cesario Rui Callou Filho
Universidade Estadual Do Piauí

Clara Rodrigues De Brito
Universidade De Marília- Unimar

Patrick Anderson Castro de Matos
Centro Universitário Leonardo da Vinci

Raimundo De Oliveira Lucena
Universidade De Ciências Empresariales Y Sociales (Uces)

Antônio Da Conceição Meneses Júnior
Centro Universitário De Maceió - UNIMA - Afya

Luciano Oliveira Rezende
Escola Superior De Direito - Proordem Goiânia

Lucas Teixeira Dezem
Universidade De Ribeirão Preto

Rafael Teixeira Sebastiani
Universidade De São Paulo

Maria Do Socorro Saraiva Pinheiro
Faculdade De Medicina - Universidade Do Porto, UP, Portugal.

Rayssa Toga Cambriai Nascimento
Faculdade Unibf - União Brasileira De Faculdades

Jessé De Castro Figueiredo
Universidade Federal De Sergipe (UFS)

Resumo: *Esta pesquisa teve como objetivo analisar a efetividade das políticas públicas de saúde nos municípios brasileiros, enfocando os desafios enfrentados pela gestão local e o impacto no acesso à saúde pela*

população. A abordagem metodológica adotada foi qualitativa, com uma amostra composta por 13 profissionais da área da saúde, incluindo gestores municipais e membros de conselhos, cujas percepções foram coletadas por meio de entrevistas semiestruturadas. A análise dos dados revelou que os principais desafios incluem a escassez de recursos financeiros, a falta de profissionais qualificados, a dificuldade de acesso aos serviços em áreas remotas e a fragmentação no planejamento das ações de saúde. No entanto, também foram identificados avanços, como o fortalecimento da atenção primária e o uso de tecnologias digitais na gestão. A pesquisa concluiu que, apesar das limitações, a gestão municipal pode ser eficiente quando bem estruturada e com recursos adequados, e que a participação social e a integração intergovernamental são essenciais para melhorar a eficácia das políticas de saúde. Assim, o estudo contribui para a compreensão dos obstáculos e das oportunidades para o aprimoramento do SUS nos municípios, destacando a importância de estratégias mais alinhadas às necessidades locais e à promoção de maior equidade no acesso aos serviços de saúde.

Palavras-chave: Saúde; Municípios; Políticas.

Date of Submission: 12-01-2025

Date of Acceptance: 22-01-2025

I. Introdução

A saúde pública desempenha um papel central no desenvolvimento de qualquer sociedade, representando não apenas um direito fundamental, mas também um elemento estratégico para o bem-estar da população e a redução de desigualdades sociais. No Brasil, o Sistema Único de Saúde (SUS) constitui o principal mecanismo de garantia do acesso universal e integral à saúde, sendo sustentado por uma estrutura descentralizada que confere aos municípios um papel crucial na implementação e gestão das políticas públicas de saúde. Essa configuração, embora promissora em termos de proximidade com as demandas locais, impõe desafios significativos para a gestão municipal, especialmente em contextos marcados por limitações de recursos e desigualdades regionais (Coelho et al., 2023).

A descentralização, conforme prevista pela Constituição Federal de 1988, foi um marco importante para a democratização do acesso à saúde no Brasil. Contudo, a transferência de responsabilidades para os municípios trouxe consigo a necessidade de maior capacitação técnica, administrativa e financeira das gestões locais. Além disso, a efetividade das políticas públicas de saúde é influenciada por fatores externos, como a alocação de recursos estaduais e federais, e internos, incluindo a capacidade de planejamento, monitoramento e avaliação por parte dos gestores municipais. Em muitos casos, essas demandas excedem a estrutura disponível, gerando lacunas no atendimento às necessidades de saúde da população (Marengo; Cate, 2021).

Ademais, o acesso à saúde, um dos pilares fundamentais do SUS, ainda enfrenta barreiras significativas, que vão desde dificuldades logísticas em áreas rurais e remotas até a insuficiência de profissionais qualificados em regiões periféricas. Essas dificuldades são frequentemente agravadas por questões estruturais, como o subfinanciamento crônico do sistema e a desigualdade na distribuição de recursos entre os municípios. Essa realidade reflete a complexidade de implementar políticas públicas eficazes que atendam às diversidades regionais e demográficas do país (Graf, 2020).

Outro aspecto relevante é a influência das políticas públicas de saúde na promoção da equidade. Apesar de esforços consistentes para garantir a universalidade e integralidade do atendimento, persistem disparidades significativas na oferta e qualidade dos serviços. Esses desafios são mais evidentes em municípios pequenos e de baixa capacidade econômica, onde a dependência de repasses financeiros e a carência de infraestrutura limitam a atuação efetiva do SUS. Nessa perspectiva, a análise da efetividade das políticas públicas requer uma abordagem multidimensional, que considere não apenas os resultados em saúde, mas também os processos que os produzem (Saab et al., 2021).

As desigualdades socioeconômicas e territoriais são fatores que amplificam as dificuldades na implementação de políticas de saúde. Enquanto municípios de regiões mais desenvolvidas contam com maior capacidade técnica e recursos, os localizados em áreas mais vulneráveis frequentemente enfrentam limitações significativas que dificultam a execução das diretrizes do SUS. Isso cria um cenário heterogêneo, no qual a efetividade das políticas públicas varia amplamente, exigindo estratégias que combinem inovação, colaboração intergovernamental e fortalecimento da gestão local (Santos, 2022).

Nesse contexto, a governança e a participação social emergem como componentes essenciais para o fortalecimento das políticas públicas de saúde. Conselhos municipais, fóruns de discussão e outras formas de controle social desempenham um papel relevante na identificação de demandas e no monitoramento das ações. Entretanto, a efetividade dessas iniciativas depende de sua institucionalização, da representatividade dos atores envolvidos e da transparência nos processos decisórios. A falta de integração entre esses mecanismos e a gestão municipal pode comprometer a capacidade do sistema de responder de forma ágil e eficiente às demandas da população (Santos, 2022).

O objetivo desta pesquisa foi analisar a efetividade das políticas públicas de saúde nos municípios brasileiros, com foco nos desafios enfrentados pela gestão local e no impacto dessas políticas no acesso à saúde pela população. A partir de uma abordagem multidimensional, buscou-se compreender as limitações e os potenciais das estratégias implementadas, bem como propor recomendações para aprimorar a governança e promover maior equidade na oferta de serviços de saúde em nível municipal.

II. Materiais E Métodos

A presente pesquisa foi conduzida utilizando uma abordagem qualitativa, com o objetivo de compreender em profundidade os desafios enfrentados pela gestão municipal e a efetividade das políticas públicas de saúde no contexto local. Essa escolha metodológica se justificou pela natureza exploratória e interpretativa da investigação, permitindo captar nuances e subjetividades relacionadas ao tema estudado.

A amostra foi composta por 13 profissionais diretamente envolvidos na gestão e execução das políticas públicas de saúde em diferentes municípios. Entre os participantes, foram incluídos gestores municipais de saúde, coordenadores de programas, membros de conselhos municipais e outros agentes administrativos com atuação significativa no Sistema Único de Saúde (SUS). A seleção dos participantes foi realizada por conveniência, priorizando profissionais com experiência relevante e acesso direto às dinâmicas de implementação das políticas públicas.

A coleta de dados foi realizada por meio de entrevistas semiestruturadas, um instrumento que possibilitou explorar tanto questões previamente definidas quanto emergências espontâneas durante as conversas. As entrevistas abordaram temas como os principais desafios enfrentados na gestão municipal, a alocação de recursos, as estratégias para superar barreiras no acesso à saúde e a percepção dos profissionais sobre a efetividade das políticas públicas implementadas. Cada entrevista teve duração média de 40 a 60 minutos, sendo conduzida de forma presencial ou remota, dependendo da localização do participante e das condições logísticas.

Os dados coletados foram registrados em áudio, transcritos integralmente e submetidos a análise de conteúdo. Esse método analítico permitiu categorizar as informações em temas recorrentes e identificar padrões, divergências e especificidades nas narrativas dos participantes. A análise foi realizada em três etapas principais: leitura flutuante para familiarização com o material, codificação dos trechos relevantes e interpretação à luz do referencial teórico adotado na pesquisa.

III. Resultados E Discussões

Os resultados desta pesquisa revelaram um panorama multifacetado dos desafios enfrentados pelas gestões municipais no que se refere à implementação das políticas públicas de saúde e ao acesso da população aos serviços do SUS. A análise dos dados evidenciou tanto avanços quanto limitações, destacando a complexidade de articular recursos, planejamento e demandas populacionais em um sistema descentralizado.

Um dos principais temas emergentes foi a insuficiência de recursos financeiros e estruturais, apontada por quase todos os entrevistados. Segundo o respondente E03, "os recursos que chegam ao município são insuficientes para atender a todas as demandas, principalmente em áreas mais periféricas". E08 complementou afirmando que "essa limitação nos obriga a fazer escolhas difíceis, priorizando algumas áreas em detrimento de outras, o que gera insatisfação entre os usuários". Esses relatos ilustram como a escassez de recursos impacta diretamente na capacidade de garantir a universalidade e integralidade dos serviços de saúde.

Além da questão financeira, a carência de profissionais qualificados também foi amplamente mencionada. Conforme relatado por E05, "em muitos casos, é difícil contratar médicos especialistas, especialmente para trabalhar em zonas rurais ou remotas". E12 reforçou essa percepção, apontando que "a rotatividade de profissionais é alta, o que compromete a continuidade do cuidado e a criação de vínculos entre os profissionais e a comunidade". Essa dificuldade é agravada em municípios pequenos, onde os incentivos para fixação de profissionais são limitados.

Outro desafio recorrente foi a logística e a acessibilidade aos serviços de saúde. De acordo com E01, "existem comunidades no nosso município que ficam a mais de 50 quilômetros do posto de saúde mais próximo, e nem sempre temos transporte disponível para atender essas pessoas". E09 acrescentou que "as barreiras geográficas criam desigualdades no acesso aos serviços, especialmente para populações vulneráveis, como idosos e pessoas com deficiência". Esse cenário reflete a necessidade de políticas públicas mais direcionadas às especificidades regionais. A gestão de recursos humanos foi outro ponto de destaque.

Muitos entrevistados ressaltaram a dificuldade em realizar capacitações constantes para os profissionais de saúde. E04 mencionou que "as capacitações são esporádicas e, muitas vezes, não atendem às reais necessidades da equipe". E10 afirmou que "falta uma política mais robusta de formação continuada, o que afeta diretamente a qualidade do atendimento". Essas falhas na qualificação têm impacto direto na efetividade das ações de saúde realizadas nos municípios.

Os respondentes também destacaram a importância da participação social na gestão das políticas públicas de saúde. E06 observou que "os conselhos municipais de saúde são espaços importantes, mas nem sempre são bem utilizados". E13 complementou dizendo que "há falta de representatividade e de conhecimento por parte de alguns membros, o que limita o impacto das decisões tomadas nesses fóruns". Esses relatos apontam para a necessidade de fortalecer os mecanismos de controle social e de aumentar a transparência na gestão dos recursos e das ações.

Apesar das dificuldades, foram identificados avanços importantes em algumas áreas, como a informatização dos sistemas de saúde. E07 relatou que "a implementação do prontuário eletrônico foi um divisor de águas, permitindo maior integração entre os níveis de atenção". E02 destacou que "com os dados informatizados, conseguimos monitorar melhor as condições dos pacientes e planejar ações mais eficazes". Esses avanços, no entanto, ainda são desiguais entre os municípios, sendo mais frequentes em locais com maior capacidade técnica e financeira.

Outro ponto positivo mencionado foi a ampliação de programas voltados à atenção básica. Segundo E11, "as equipes de saúde da família têm desempenhado um papel essencial na prevenção e no cuidado contínuo". E03 reforçou que "esses programas aproximam os serviços das comunidades, fortalecendo o vínculo e promovendo a educação em saúde". Contudo, a efetividade dessas ações é frequentemente limitada pela alta demanda e pela insuficiência de recursos.

Os entrevistados também ressaltaram a importância do planejamento e da avaliação das políticas de saúde. E08 afirmou que "a falta de planejamento estratégico é um dos maiores entraves para a gestão municipal, já que muitas ações acabam sendo reativas em vez de preventivas". E12 acrescentou que "os indicadores de saúde são fundamentais para direcionar as políticas, mas nem sempre temos capacidade técnica para interpretá-los corretamente". Esses depoimentos destacam a necessidade de maior suporte técnico e metodológico aos gestores locais.

A articulação entre os diferentes níveis de governo foi outro aspecto relevante. E09 observou que "a falta de coordenação entre município, estado e união cria sobreposições ou lacunas nas políticas públicas". E06 reforçou que "é comum que os municípios se sintam isolados, sem o suporte necessário para implementar as ações de saúde previstas nas diretrizes nacionais". Esse descompasso prejudica a integração das políticas e compromete sua efetividade. Os relatos também evidenciaram a relevância de ações intersetoriais na promoção da saúde. E04 mencionou que "problemas como saneamento básico, segurança alimentar e habitação afetam diretamente os indicadores de saúde, mas nem sempre conseguimos trabalhar em conjunto com outras áreas do governo". E07 complementou que "as políticas públicas de saúde precisam ser mais integradas às políticas sociais para alcançar resultados mais amplos".

No entanto, os participantes apontaram limitações nos mecanismos de financiamento, como a complexidade dos repasses federais e estaduais. E10 afirmou que "os processos burocráticos atrasam o recebimento dos recursos, dificultando a execução dos projetos". E01 acrescentou que "os valores repassados nem sempre são proporcionais às demandas reais, o que gera desigualdades entre os municípios". Outra questão crítica foi a sobrecarga do sistema de saúde municipal em decorrência da alta demanda por serviços especializados. E02 observou que "as filas para consultas com especialistas e exames são longas, e isso desmotiva os pacientes". E05 destacou que "a falta de integração com os serviços estaduais agrava esse problema, pois muitas vezes os pacientes precisam se deslocar para outras cidades".

Apesar dos desafios, alguns municípios relataram boas práticas que poderiam ser replicadas. E13 mencionou que "a criação de parcerias com universidades e ONGs tem ajudado a suprir a falta de recursos". E11 apontou que "ações de educação em saúde nas escolas têm promovido mudanças significativas nos hábitos das crianças e adolescentes". Os resultados também revelaram a importância de políticas voltadas à saúde mental, especialmente no contexto pós-pandemia. E03 relatou que "a demanda por atendimento psicológico aumentou muito, mas os recursos ainda são insuficientes para atender a todos". E08 afirmou que "a integração da saúde mental à atenção básica é essencial, mas exige capacitação e recursos adicionais".

Por fim, os participantes destacaram que, apesar dos avanços pontuais, a sustentabilidade das políticas públicas de saúde ainda é um grande desafio. E07 afirmou que "as ações muitas vezes dependem de gestores comprometidos, e a alternância política pode comprometer a continuidade". E12 concluiu que "é fundamental institucionalizar processos para garantir que as políticas avancem independentemente de mudanças administrativas". Esses relatos refletem um cenário de contrastes, no qual avanços convivem com limitações estruturais e operacionais. A análise dos resultados permite identificar áreas prioritárias para intervenção e reforça a importância de políticas públicas mais equitativas e sustentáveis para a saúde nos municípios brasileiros.

IV. Conclusão

A análise realizada ao longo desta pesquisa permitiu compreender as complexidades envolvidas na efetividade das políticas públicas de saúde nos municípios brasileiros, identificando os principais desafios

enfrentados pela gestão local e os obstáculos ao acesso universal à saúde. O objetivo inicial da pesquisa foi analisar como a gestão municipal lida com as diretrizes do Sistema Único de Saúde (SUS), quais são as barreiras que limitam a implementação eficaz dessas políticas e de que maneira o acesso à saúde é impactado em diferentes contextos municipais.

Os resultados evidenciaram que os municípios, especialmente os de menor porte e com recursos limitados, enfrentam dificuldades significativas, como a escassez de recursos financeiros, a falta de profissionais qualificados em áreas remotas e a fragilidade da infraestrutura. Tais limitações impactam diretamente a capacidade de implementar ações de saúde que atendam às necessidades da população. A fragmentação do planejamento e a falta de integração entre os diferentes níveis de governo (municipal, estadual e federal) também surgiram como desafios críticos, dificultando a continuidade e a eficácia das políticas públicas de saúde.

Apesar dessas dificuldades, a pesquisa também revelou que há avanços importantes no fortalecimento de algumas iniciativas locais, principalmente aquelas voltadas à atenção primária à saúde, como o Programa Saúde da Família. A gestão municipal, quando bem estruturada e com recursos adequados, demonstrou ser capaz de se adaptar às necessidades locais e inovar em suas estratégias de saúde, utilizando parcerias e tecnologias digitais para otimizar os serviços.

A participação social, embora ainda limitada em alguns municípios, mostrou-se uma ferramenta relevante para identificar demandas locais e melhorar a transparência na gestão da saúde. Contudo, a efetiva implementação do controle social requer maior mobilização e conscientização da população, além de políticas que promovam a inclusão de grupos marginalizados, como comunidades indígenas e quilombolas.

Portanto, o objetivo da pesquisa foi amplamente alcançado, proporcionando uma visão detalhada dos desafios enfrentados pelos gestores municipais na implementação das políticas públicas de saúde e no acesso à saúde pela população. A pesquisa mostrou que, embora existam obstáculos consideráveis, também há oportunidades para melhorar a gestão local, fortalecer a integração entre os diferentes níveis de governo e garantir um acesso mais igualitário aos serviços de saúde. As recomendações geradas a partir dos resultados visam aprimorar a governança, a capacitação profissional e a participação social, elementos fundamentais para a melhoria contínua do SUS em nível municipal.

Referências

- [1] Coelho, A. C. R. Et Al. Os Principais Desafios Das Políticas Públicas De Saúde Para O Enfrentamento Das Doenças Crônicas Não Transmissíveis Em Municípios Do Nordeste Brasileiro. *Cad. Saúde Colet.*, 2023.
- [2] Graf, R. R. Políticas Públicas Municipais De Saúde Uma Análise Das Percepções Dos Usuários, Funcionários E Gestores Do Sistema De Saúde. 2020. 183f. Tese Tese Apresentado À Escola De Administração De Empresas De São Paulo Da Fundação Getúlio Vargas. Fundação Getúlio Vargas (Fgv), 2020.
- [3] Marengo, A.; Cate, L. T. Municípios São Todos Iguais? Decisões Sobre Gasto, Orçamento E Políticas Públicas Em Governos Locais. *Rev. Sociol. Polit.*, V. 29, N. 77, E001, 2021.
- [4] Saab, F. Et Al. Políticas Públicas E Desenvolvimento Humano: Fatores Que Impactam O Idh Em Municípios Brasileiros. *Race, Joaçaba*, V. 20, N. 2, P. 209-230, Jan./Abr. 2021.
- [5] Santos, A. M. S. P. Reforma Do Estado, Descentralização E Autonomia Financeira Dos Municípios. *Revista De Administração Mackenzie*, 2022.